

## Juizes, especialistas e estudantes discutem Direito da Informática

A JFPE viveu três dias de muitas palestras e debates sobre o Direito da Informática, *Cyber Crime* ou crime da informática. O curso, realizado sob a coordenação da juíza federal Joana Carolina Lins e com o apoio da Esmafe5, aconteceu de segunda (2) à quarta-feira (4), trazendo nomes de peso quando assunto é Direito da Informática. No primeiro dia, o presidente do TRF3, desembargador federal Newton de Lucca, prestigiou os participantes com a análise da lei nº 11.419/2006, que instituiu o Processo Judicial Eletrônico (PJe). “O uso do PJe hoje é um fenômeno irreversível. O trâmite processual foi acelerado e o meio ambiente foi beneficiado, com a ausência da utilização do papel”, apontou. Entre os palestrantes, o chefe da Divisão de Segurança da Informação da PGU, Marcelo Caiado, deu algumas dicas quando do uso dos dispositivos móveis. “É importante habilitar uma senha de entrada, uma função de deleção, instalar um software de anti-



Encontro Na foto, o Diretor do Foro Frederico Azevedo, o professor Ivanildo Figueiredo, os des. federais Manoel Erhardt e Newton De Lucca e a juíza federal Joana Carolina Lins, coordenadora do curso

vírus, além de realizar backup regularmente”, destacou. Na terça-feira (3), a professora da PUC-SP, Maria Eugênia destacou o crescimento dos usuários na internet. “Hoje, existem 70 milhões de usuários na rede, sendo 37 milhões que usam a web diariamente. É muito difícil retirar um conteúdo da rede, porque essa postagem acaba migrando para torres de informação, daí o cuidado que se deve ter ao publicar na rede”, apontou. Na quarta, foi o dia de receber como palestrantes dois magistrados da



Justiça Federal: o juiz da JFRN, Ivan Lira de Carvalho, e o titular da 13ª Vara da JFPE, César Arthur Cavalcanti de Carvalho. Ambos abordaram os crimes virtuais, apontando a competência da JF e os aspectos legais e doutrinários desses tipos de crimes, apontando como principal fonte a Lei nº 12.737/2012.

## Inscrições abertas para conciliadores

A 14ª Vara da Justiça Federal em Pernambuco (JFPE) abriu inscrições para processo seletivo de conciliadores. O Juizado Especial Federal Cível está oferecendo duas vagas para a função, além da classificação de 20 candidatos, para cadastro de reserva. As inscrições podem ser realizadas até o dia 20 de setembro, das 9h às 18h, na secretaria da 14ª Vara, localizada na Avenida Dantas Barreto, nº 1080, no bairro São José, Centro do Recife.



Doze novos servidores tomaram posse na última sexta (30/8) e quarta-feira (4/9), no 3º andar do Anexo 2 da SJPE. Eles vão atuar subseções de Arcoverde, Ouricuri, Salgueiro e Serra Talhada, nos cargos de analista e técnico de Segurança e Transportes. Entre os empossados, a JFPE terá no quadro de servidores a primeira técnica da área de Segurança e Transportes, Lucicarla Falcão, que começa nesta segunda (9), na subseção de Ouricuri. “Escolhi a área por motivação de outros colegas. Como sou formada em educação física, não criei resistência em relação às etapas do concurso”, acrescenta a servidora.

## Atenção no estacionamento



O estacionamento do edifício-sede da SJPE não é pista de corrida! Pedimos a colaboração dos usuários de não ultrapassar a velocidade de 40 km/h, permitida para a área. Pedestres, motoristas e usuários da pista de cooper agradecem.

## Em Palmares, construção da nova sede da 26ª Vara em ritmo acelerado

A obra para construção da sede definitiva da 26ª Vara Federal da JFPE segue em ritmo acelerado, em Palmares, Zona da Mata do estado. Orçada em R\$ 3,12 milhões, a obra inclui a construção da vara em um terreno

mil m², com estacionamento e espaço destinado aos terceirizados. No momento, os serviços de fundação estão sendo realizados pela empresa J.A.G, contratada para o empreendimento. De acordo com o supervisor de Administração Predial e

Engenharia da Seção Judiciária de Pernambuco, Francisco Fitipaldi, a edificação já possui prazo para conclusão. “O prazo estimado para término da obra é de 12 meses”, esclareceu o supervisor. A 26ª Vara está sendo construída próxima ao Hospital

Regional de Palmares, situado na parte alta da cidade, em terreno doado pelo prefeito do município João Bezerra. O empreendimento está em consonância com a resolução nº 114 do CNJ e a de nº 179 do CJP, que definem os requisitos mínimos para composição de uma subseção.

